

Vidigal teme risco de o País se tornar inviável

Um programa de austeridade, visando a reduzir a recessão, deve ser adotado com a máxima urgência, sob risco de o País tornar-se inviável no prazo de dois anos, disse ontem em São Paulo o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, durante a entrega do "Prêmio Gastão Vidigal" aos universitários que mais se destacaram no estudo de Economia.

O abastecimento às indústrias deve ser garantido sob pena de ocorrer um colapso no processo produtivo, observou. Vidigal exemplificou com a possível falta de um determinado componente, fabricado especificamente para a elaboração de um produto, mostrando que isso pode desestruturar todas as indústrias que fornecem equipamentos ou produtos que integram um produto final, como um motor.

As medidas de centralização de câmbio pelo Banco Central foram consideradas acertadas, porém lembrou a expectativa de que sua dura-

ção seja temporária. Vidigal não acredita que essa situação se mantenha por um período mais longo, sob o risco de inviabilizar a sobrevivência das empresas.

Comentando um dos fatores responsáveis pela atual crise, afirmou que "apesar dos cortes nos investimentos que atingem as empresas estatais, até o momento não foi implantado nenhum programa sério com o objetivo de reduzir os gastos dessas empresas". Setor considerado intocável e que se mantém às custas do sacrifício de toda a sociedade, as empresas estatais deveriam ser submetidas, na opinião de Vidigal, a uma adequação às condições críticas atuais, mesmo porque protegidas pela legislação, até o momento não houve demissões que possam representar cortes administrativos significativos.

Ao discorrer sobre Gastão Vidigal, que em 1946 ocupava o cargo de secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Vidigal encampou a proposta de sua administração, conside-

rando-a atual e plenamente satisfatória para a conjuntura. Os objetivos básicos, na época, eram reduzir drasticamente as despesas e limitar as atividades administrativas, adequando-as às possibilidades orçamentárias. O início das obras por conta dos cofres públicos, mesmo que houvesse dotação orçamentária, deveria ser autorizado pelo presidente da República.

Gastão Vidigal propunha que as despesas com as atividades da administração só podiam ser feitas de acordo com as dotações orçamentárias, restringindo a indicação de servidores civis e militares para exercício fora do País. Sustou as nomeações, readmissões e admissões de qualquer modalidade de extranumerário. Centralizou no Ministério da Fazenda os pagamentos dos outros ministérios, extinguindo as tesourarias. No setor econômico, propôs medidas visando à captação de capitais pelo País, tendo extinguido algumas taxas e regulado as operações de câmbio.